

A PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Autora: Géssica Kajamylle da Silva Lima
Coautora: Luiza Benício Pereira
Orientador: Prof. Dr. João Paulo da Silva Fernandes

Universidade Estadual da Paraíba – gessicakajamylle@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba- luizabenicio14@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba- proesia@yahoo.com

Resumo: A gestão democrática visa a participação dos componentes da comunidade nas decisões que engloba a escola, tornando-a mais participativa e igualitária, nesse sentido, os profissionais da educação dispõem de grande significação no processo de composição de uma escola democrática. Assim, o presente artigo justifica-se pela necessidade de refletir sobre a construção de uma escola mais justa e igualitária e qual função o professor ocupa nesse processo. Nesse sentido, temos como principal objetivo discutir sobre a gestão democrática escolar e a participação que o docente possui em sua organização, realçando, o que dispõe a Constituição Federal de 1988, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sobre a gestão democrática. Desse modo, realizamos uma pesquisa bibliográfica, onde escolhemos os estudos de: Ariosi (2010), Azanha (2006), Fontana (2011), e Vasconcellos (2007). Nessa perspectiva, esperamos que as discussões apresentadas sejam pertinentes e contribuam na reflexão do papel do professor enquanto agente da gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão democrática, LDB, Professor.

1 INTRODUÇÃO

A gestão democrática tem como principal finalidade a participação da comunidade na construção de uma escola participativa, na qual os indivíduos que compõem o meio social colaborem com as decisões que influenciam diretamente a escola.

Os profissionais da educação possuem papéis indispensáveis no âmbito escolar como educadores e sujeitos que colaboram com uma escola mais capacidade em acolher sujeitos heterogêneos e assim, lidar com as diferenças que o ambiente escolar proporciona.

Dessa forma, temos como principal objetivo discutir sobre a gestão democrática escolar e a participação que o docente possui em sua organização, realçando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sobre a gestão democrática.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela necessidade de refletir sobre a construção de uma escola mais justa e igualitária e qual função o professor ocupa nesse processo, visto que é, assim como os demais profissionais da escola, colaborador no desenvolvimento da instituição escolar.

Assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica, onde abordamos a visão de Ariosi (2010) apresentando contribuições sobre gestão democrática, Azanha (2006) que reflete sobre a formação do professor e a escola, Fontana (2011) que contribui com reflexões acerca da gestão democrática e a possibilidade de sua efetivação e Vasconcellos (2007) trazendo reflexões sobre o professor enquanto ser de transformação.

O presente trabalho está dividido em: I Introdução, II Revisão de Literatura que apresenta dois subtópicos, o primeiro é intitulado: Gestão democrática escolar: alguns apontamentos, que discutirá conceitos de gestão, ligado a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o segundo, denominado: O professor e a gestão democrática escolar que trará reflexões acerca do professor e a escola, por fim, as considerações finais e as referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Gestão democrática escolar: alguns apontamentos

Segundo Fontana (2011, p. 3) a gestão democrática colabora na formação de uma união entre “os setores da escola e estes a comunidade escolar como um todo. Assim, todos conseguem ter parte, vez e voz na escola, contribuindo com opiniões, idéias e sugestões para a melhoria do processo de ensinar e de aprender.” Desse modo, cabe ressaltar que a gestão democrática além de formar uma escola mais participativa, onde os componentes da comunidade tenham suas atuações, é um meio que contribui para a melhoria do ambiente escolar.

Nessa sequência, Ariosi (2010, p.114) destaca que é “a comunidade escolar, ou seja, direção, professores, alunos, pais e funcionários; cada segmento da organização deve ter seu papel social bem definido”, dessa forma, ao saber das suas funções, contribuirão nas decisões escolares tendo como ponto de partida o comprometimento com o trabalho, seja ele de lecionar ou gerir a escola.

Dessa forma, salientamos que a administração escolar não é apenas dever do diretor e sim dos que compõem a escola, pois os projetos e medidas devem ser criados sincronicamente, os quais precisam suprir e melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Fontana (2011, p. 03) frisa que necessitamos “apontar os desafios da escola diante da gestão democrática, ou seja, seus avanços e retrocessos para que realmente se efetive um processo dinâmico e participativo nas escolas”, nesse sentido, a escola precisa

avaliar as contribuições que a gestão democrática proporciona, buscando sempre melhorias e progresso para o corpo escolar.

Todos os posicionamentos entram em consonância com a afirmação feita por Vasconcellos (2007), a qual registra que só é possível existir avanço no cenário democrático escolar se os sujeitos assumirem-se de fato como parte indispensável da mudança que precisa ocorrer através dos meios democráticos.

De acordo com Fontana (2011) para que a gestão democrática exista no ambiente escolar é necessário que os indivíduos que compõem a escola, entendam que necessitamos de participações que visem pelo coletivo, resultando, em maiores diálogos e contribuições por parte dos que colaboraram para a construção de uma escola que contenha a participação da comunidade.

A constituição Federal do ano de 1988, no Artigo 206 salienta sobre os princípios que regulamenta o ensino, destacando no inciso VI a gestão democrática. A constituição federal juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) registra sobre a atuação dos que fazem parte da comunidade escolar e daqueles que contribuem ativamente e até mesmo indiretamente. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96:) indica que:

Art. 14- Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 12).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é responsável por reger a educação privada e pública. Nesse sentido, em relação ao art. 14 é evidenciado a necessidade da gestão democrática vigente na educação de nível básico, assim como acentua que o estabelecimento das normas pode ocorrer por meio de um sistema de ensino que necessita considerar as especificidades de cada instituição.

O inciso I do art. referido registra a necessidade dos professores participarem da construção do projeto pedagógico escolar, continuamente, no inciso II é destacado a elaboração de conselhos e a atuação da comunidade escolar e dos membros da sociedade, podendo ser organizados conselhos ou outros grupos, visando à cooperação dos cidadãos.

2.2 O professor e a gestão democrática escolar

O professor como educador contribui na construção do conhecimento e de indivíduos letrados e competentes em todas as áreas sociais. De acordo com Vasconcellos (2007) o professor possui um papel muito importante, pois “trabalha” com novos indivíduos, os quais estão em formação e com o conhecimento, posto isso, é necessário que o professor assuma o papel de transformador da realidade em que está inserido, visto que o conhecimento modifica as pessoas e situações.

Seguindo nessa reflexão, Vasconcellos (2007, p.48) acentua que “se o professor não começar a tentar, se não der o melhor de si, quebra-se como pessoa, definha, perde a paixão, o entusiasmo, esgarça sua condição de sujeito de transformação”, desse modo, constatamos a relevância do poder transformador que o professor apresenta, o qual sem ele pode tornar-se um indivíduo conformado e sem objetivos de mudar a realidade.

Assim, relembramos que a transformação da realidade educacional atualmente, a qual apresenta dificuldades físicas em suas escolas, falta de investimento e manutenção por parte dos órgãos públicos, estrutura e salas de aulas, muitas vezes desconfortáveis, ausência de material didático suficiente, influencia diretamente no comprometimento da educação dificultando o processo de construção de aprendizagem.

Seguindo nessa linha de reflexão sobre o professor e a gestão democrática, é indispensável trazermos algumas contribuições sobre a escola, assim, Azanha (2006) destaca que:

A escola contemporânea é, pois, uma novidade social e cultural. Nesse novo espaço institucional, o desempenho do professor não mais pode ser pensado como uma simples questão de formação teórica de alguém que ensina, como também o desempenho do aluno não mais pode ser considerado como uma simples questão de motivação e de espaços individuais. (AZANHA, 2006, p.62).

O autor destaca primeiramente as modificações que ocorreram na escola de outrora para a escola contemporânea definindo-a como “uma novidade social e cultural” (AZANHA, 2006, p. 61), uma vez que cada época apresenta suas características sociais e culturais.

Desse modo, posteriormente, é realizada uma ligação entre a nova escola e o papel do professor nesse novo ambiente, o qual deve se distinguir dos anteriores, que era justamente o depósito de conhecimento desconsiderando os fatores sociais dos alunos.

Dando seguimento, o professor e aluno ocupam na escola atual posições diferentes das de anos atrás, sendo o professor “sujeito histórico de transformação” (VASCONCELLOS, 2007, p. 72), e essa “transformação da realidade não vai se dar de forma espontânea,

automaticamente” (VASCONCELLOS, 2007, p. 28), ou seja, eles são responsáveis por transformações que ocorrem em seu meio.

Nessa lógica de argumento sobre a escola, Azanha (2006) evidencia que:

[...] sempre houve pouca compreensão do caráter coletivo do trabalho escolar, provavelmente como reflexo da concepção que focaliza esse trabalho como se fosse principalmente uma relação entre professor e aluno. A ideia de que uma boa escola é mais do que a simples reunião de bons professores tem sido de difícil penetração nas práticas escolares. (AZANHA, 2006, p. 67).

As decisões da escola são enxergadas apenas como se existisse dois sujeitos nesse processo: o professor e o aluno, excluindo os demais membros da comunidade escolar e sobrecarregando o professor. É refletido sobre o que é escola, sendo definida pelo autor como “[...] mais do que a simples reunião de bons professores” (AZANHA, 2006, p. 67), assim, reafirmamos que a escola é o lugar de construção de conhecimento, de encontros de vidas e de aprendizagens múltiplas.

Nesse sentido, Ariosi (2010, p.114) acentua que “a escola é lugar de exercício de poder”, desse modo, podemos compreender que dentro do ambiente escolar são estabelecidas maneiras que contribui na formação do sujeito. O autor continua registrando que:

[...] só com o reconhecimento do poder por parte de todos os membros da comunidade escolar poderá ser construído um ambiente democrático. Cada grupo de atores do coletivo escolar deve ter clareza de sua parcela de poder, para que seja possível estabelecer novas relações sociais no interior da escola e construir a gestão democrática. (ARIOSI, 2010 p. 114).

O autor apresenta o conceito de “poder” ligado a transformação por meio da participação, caracterizando a escola como uma instituição que necessita conscientizar-se do seu poder por meios dos membros que a constituem, ou seja, para existir uma gestão democrática é necessário a criação de relações sociais dentro da escola, a qual, certamente contribuirá no fortalecimento dos laços existentes e conseqüentemente na construção da gestão democrática.

Nessa perspectiva, Azanha (2006, p. 68) registra que “[...] o professor deve ser formado não como um portador de verdades a serem aplicadas a uma situação escolar abstrata, mas incentivado a procura-las na variedade social e cultural de escolas abstratas”. Assim, o autor frisa que o professor precisa garantir o direito a uma formação que abranja as demandas necessárias, capazes de atingir o mais profundo em uma população, que saiba agir no social e no cultural dando o suporte necessário para a produção do conhecimento, atingindo a demanda de cada aluno.

Nesse sentido, o professor deve ser plural, capaz de estimular o gosto e incentivar a busca pelo conhecimento e assim assumir de mediador na construção dos saberes. A escola e o professor possuem a função coletiva de formar cidadãos que interajam com a multiplicidade do meio social, bem como, torná-los seres com a capacidade de realizar a construção de diversos tipos de conhecimento.

Sendo assim, ao professor cabe o papel de mediador do conhecimento, aquele que prioriza o desenvolvimento humano e respeita as diferenças existentes, promovendo uma formação para além da sala de aula, um desenvolvimento educacional e cidadão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletir sobre a gestão democrática e o papel que o professor possui em sua construção, destacamos a relevância de todos que constituem e complementam o âmbito escolar assumindo papéis de transformação e colaboração, visto que a gestão democrática tem como finalidade a participação dos membros da comunidade.

Nesse sentido, a gestão democrática é ferramenta de mudanças. É importante que possamos meditar sobre a gestão no âmbito escolar e sobre os profissionais que precisam ser educadores inovadores, com perspectiva contemporânea e práticas que viabilizem o aprendizado, bem como está disposto na constituição Federal de 1988 e na lei de diretrizes e bases (LDB) que como dito anteriormente, estabelece a gestão democrática nas instituições públicas.

A produção do conhecimento precisa ser direcionada a toda equipe escolar, que por sua vez, necessita transmitir aos discentes valores e atitudes que os tornem cidadãos solidários, éticos, críticos e capazes de opinar e contribuir para uma sociedade conhecedora de seus direitos e deveres.

Nessa perspectiva, é dever de toda equipe escolar ultrapassar a linha da simples tarefa de transmissão de saberes, é preciso transformar e formar uma população capaz de agir ativamente em busca de uma sociedade mais igualitária.

Desse modo, o professor como sujeito de transformação e sujeito que contribui na construção dos saberes detém papel indispensável na gestão democrática contribuindo de forma ativa, para assim, formar uma escola mais inovadora e comunicativa entre os membros que a constitui.

Portanto, esperamos que o presente estudo contribua na reflexão sobre a importância do professor como sujeito que proporciona o saber e as decisões, assim os membros da



sociedade, os quais precisam participar das escolhas escolares de forma ativa, conscientizam-se de que todos podem cooperar com as medidas que ocorrem nas instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ARIOSI, Cinthia Magda Fernandes. **Organização e gestão democrática na escola pública de educação infantil**: análise dos limites e perspectivas nas realidades brasileira e italiana. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

AZANHA, José Mário Pires. **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo: Senac, 2006.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650329/inciso-vi-do-artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 07 Out. 2016 às 22h45min.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 03 Jul. 2018.

FONTANA, Andréia Regina. **Gestão escolar democrática: é possível?** 6. Ed. Alto Uruguai: Revista de educação do Ideau, 2011. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/147_1.pdf>. Acesso em: 07 Out. 2016 às 23h04min.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** Resgate do professor como sujeito de transformação. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2007.